

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

GRAZIELA REIS DO CARMO

**PANORAMA DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NORTE
DO BRASIL**

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2024**

GRAZIELA REIS DO CARMO

**PANORAMA DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NORTE
DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
disciplina ERU 489 – Trabalho de Conclusão de
Curso II, como requisito parcial de avaliação.

Orientador: Prof. Alair Ferreira de Freitas

VIÇOSA – MINAS GERAIS
2024

RESUMO

A crise socioambiental que atinge a Amazônia está ameaçando a sociobiodiversidade local e ampliando vulnerabilidades no interior da floresta. Nesse contexto, o cooperativismo emerge como uma estratégia para a construção de sistemas produtivos mais inclusivos e sustentáveis. Apesar disso, não há dados consolidados que quantifiquem e caracterizam o cooperativismo da agricultura familiar na região. Por isso, o objetivo desta pesquisa é dimensionar e caracterizar as cooperativas da agricultura familiar no Norte do Brasil, região que abrange a maior proporção do bioma amazônico no território brasileiro. Esta pesquisa, de abordagem quantitativa, foi operacionalizada por meio da consulta ao extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e ao Censo Agropecuário de 2017. Foram identificadas 433 cooperativas, mas constatou-se que apenas 173 possuíam DAP Jurídica ativa, somando mais de 10 mil cooperados. Os resultados também revelaram que há vantagens em participar de cooperativas quando analisados os aspectos finalidade produtiva, renda principal, produção orgânica e assistência técnica. As conclusões desta pesquisa convergem para o fato de que as cooperativas beneficiam inúmeras famílias no Norte do Brasil e que o vínculo a cooperativas resulta em uma melhor performance da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Povos e Comunidades Tradicionais, Amazônia, Cooperativas.

ABSTRACT

The socio-environmental crisis affecting the Amazon is threatening local sociobiodiversity and increasing vulnerabilities within the forest. In this context, cooperativism emerges as a strategy for building more inclusive and sustainable production systems. However, there is no consolidated data that quantifies and characterizes family farm cooperatives in the region. Therefore, the objective of this research is to measure and characterize family farm cooperatives in Northern Brazil, the region that encompasses the largest proportion of the Amazon biome within Brazilian territory. This quantitative research was operationalized by consulting the extract of the Declaration of Aptitude to Pronaf (DAP) and the 2017 Agricultural Census. 433 cooperatives were identified, but it was found that only 173 had an active Legal DAP, totaling more than 10,000 cooperative members. The results also revealed that there are advantages to participating in cooperatives when analyzing aspects of productive purpose, main income, organic production, and technical assistance. The conclusions of this research converge on the fact that cooperatives benefit numerous families in Northern Brazil and that the link to cooperatives results in improved performance of family farming.

Keywords: Family farming, Traditional Peoples and Communities, Amazon, Cooperatives.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. O POTENCIAL DAS COOPERATIVAS PARA A PRESERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE AMAZÔNICA	6
3. METODOLOGIA	9
4. RESULTADOS	11
4.1. Perfil dos estabelecimentos agropecuários associados à cooperativas no norte do Brasil.	11
4.2. Mapeamento e características das Cooperativas de Agricultura Familiar no norte do Brasil	16
5. COOPERATIVISMO NO NORTE DO BRASIL: SUBSÍDIOS PARA FOMENTAR UMA AGENDA PÚBLICA	19
5.1 Diferenciais comparativos da agricultura familiar cooperativada	20
5.2 Distribuição espacial das cooperativas	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
6. REFERÊNCIAS	25

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, os agricultores familiares¹, povos e comunidades tradicionais² da Amazônia têm figurado à margem dos discursos de desenvolvimento na região, especialmente com o avanço de sistemas produtivos que desvalorizam os hábitos alimentares locais e as práticas produtivas tradicionais. O resultado tem sido a exploração desregulada das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e dos conhecimentos tradicionais, o que tem provocado não apenas a degradação dos ecossistemas, mas também a profusão de vulnerabilidades no interior da floresta. Portanto, mesmo diante de uma região rica em recursos naturais, a fome e a pobreza fazem parte da dinâmica de vida de muitas famílias, sendo os agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais os mais afetados por essa realidade (Almeida; Almeida, 2019; Vieira, Buainain, Contini, 2019).

Este debate, no contexto Amazônico, revela a necessidade de valorizar organizações que estruturam sistemas produtivos baseados na inclusão produtiva e na produção sustentável de alimentos. É nesse cenário que as cooperativas emergem como um modelo econômico com potencial para transformar os sistemas alimentares na região. Para Freitas (2022), essas organizações contribuem para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis, inclusivos e resilientes. Além de produzir e fornecer alimentos saudáveis, as cooperativas podem atuar como mediadoras de bens e serviços essenciais para a redução de vulnerabilidades, o que amplia a resiliência de seus cooperados. Por isso, estudos de casos têm apostado nas cooperativas como modelo organizacional mais adequado ao segmento da agricultura familiar na Amazônia (Ramos *et al.*, 2022; Silva, *et al.*, 2019; Sousa, *et al.*, 2019).

Apesar da recente profusão científica sobre o cooperativismo e o cooperativismo da agricultura familiar, pouco se discute no âmbito acadêmico e das políticas públicas sobre estes temas com foco na região Amazônica. No campo acadêmico, o que se encontra são escassos estudos de casos descritivos sobre essas experiências (Silva, 2019; Sousa *et al.* 2019; Silva *et*

¹ Para Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 é considerado agricultor familiar o sujeito que pratica atividade no meio rural em uma área que não ultrapasse 4 módulos fiscais, que utilize predominantemente mão-de-obra familiar na direção do seu empreendimento e nas atividades econômicas ali desenvolvidas e extraia renda desta atividade (BRASIL, 2006).

² O decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 define povos e comunidades tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

al. 2020; Souza; Bahia; Gomes, 2021; Ramos *et al.*, 2022), mas não há dados consolidados que quantifiquem e caracterizem o cooperativismo da agricultura familiar na região.

Portanto, o objetivo desse estudo é dimensionar e caracterizar as cooperativas da agricultura familiar por meio de uma abordagem quantitativa e análise descritiva, tendo como lócus de pesquisa o Norte do Brasil, região que abrange a maior proporção territorial da Amazônia brasileira. Para isso, utilizou-se duas bases de dados secundários: Censo Agropecuário de 2017 e o extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Esses dados foram coletados no âmbito do projeto de pesquisa financiado pelo CNPQ/SESCOOP, intitulado “O Papel das Cooperativas na Construção de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Resilientes na Amazônia”, e coordenado pelo Centro de Referência em Empreendedorismo e Cooperativismo para o Desenvolvimento Sustentável (CREC), da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Esse trabalho parte da premissa de que as cooperativas desempenham um papel estratégico na organização produtiva da agricultura familiar, mantendo os ecossistemas produtivos e gerando trabalho e renda por meio do uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade. Apesar disso, a carência de políticas públicas apropriadas à realidade das cooperativas e a falta de conhecimento em relação a essas experiências, impõem desafios que limitam esse potencial. Por isso, compreender sua dimensão e suas características é uma oportunidade para alavancar esta agenda no campo acadêmico e orientar políticas públicas adequadas ao setor.

2. O POTENCIAL DAS COOPERATIVAS PARA A PRESERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE AMAZÔNICA

Em contraste com uma paisagem rica em sociobiodiversidade³, a Amazônia é palco de conflitos por uso de terras, degradação dos ecossistemas e insegurança alimentar. Os povos e comunidades tradicionais são os mais afetados pela dinâmica exploratória presente no território, que é alvo de antagônicas intervenções travestidas pelo discurso do desenvolvimento. Nesse cenário, atividades econômicas ligadas à mineração, à produção extensiva de gado de corte e de commodities, têm ameaçado a sociobiodiversidade local. Por isso, pesquisadores, entidades governamentais e não governamentais estão sendo desafiadas a traçar estratégias para compatibilizar estas intervenções com a manutenção da floresta e a

³ O termo sociobiodiversidade refere-se à interação entre os conhecimentos ancestrais, as práticas culturais compartilhadas entre os povos tradicionais e a diversidade biológica (Menezes, 2021).

preservação da sociobiodiversidade local (Barroso; Mello, 2019; Almeida; Almeida, 2021; Mariosa *et al.*, 2022).

É nesse contexto que a literatura tem apontado estratégias de desenvolvimento econômico que focalizem a preservação dos recursos naturais e a valorização dos modos de vida e saberes dos povos tradicionais. Dentre essas estratégias, estudos recentes indicam a bioeconomia como central para o desenvolvimento de atividades econômicas de forma sustentável na Amazônia. Este modelo consiste na utilização dos recursos para o desenvolvimento das cadeias de valor, preservando as culturas, os territórios e a natureza, tendo como premissa a manutenção da infraestrutura natural para viabilizar processos econômicos sem esgotamento dos recursos naturais (Dias; Carvalho, 2017).

Para Pamplona, Salarini e Kadri (2021) uma das estratégias de valorização e apoio à bioeconomia amazônica é a estruturação de cadeias de valor que aproximem as cooperativas e associações dos agricultores familiares e extrativistas. Na visão dos autores, essa estratégia pode ser implementada a curto prazo e é fundamental para viabilizar cadeias produtivas mais consolidadas, atendendo as demandas de mercado. Silva *et al.* (2019), Almeida; Almeida (2021) e Ramos *et al.* (2022), também chamam a atenção para a importância da articulação de agricultores familiares em organizações coletivas e atribuem às cooperativas agrícolas o potencial de serem protagonistas nos processos de desenvolvimento sustentável na floresta.

As cooperativas são organizações de propriedade coletiva, formalmente constituídas, que emergem da articulação coletiva com o objetivo de organizar a atividade econômica dos seus membros e facilitar o acesso a mercados (Freitas, 2022). Portanto, as cooperativas, principalmente aquelas formadas por agricultores familiares, estruturam sistemas de governança com potencial para a promoção do desenvolvimento sustentável da região. Isso porque elas articulam atividades econômicas em sintonia com os princípios da sustentabilidade, desencadeando impactos positivos para as comunidades. Contudo, conforme afirma Burke (2010), esses impactos para a Amazônia brasileira só são positivos se a ação econômica estiver enraizada na participação e no controle democrático, garantindo autonomia dos membros e mitigando a reprodução de padrões de exploração já existentes no território.

Quando não há este desvirtuamento, os impactos são notórios, e envolvem o fortalecimento das cadeias de valor da Amazônia (Souza; Bahia; Gomes, 2021; Silva *et al.*, 2020); a manutenção de estradas, financiamento para famílias cooperadas, melhoria das atividades produtivas e atendimento de solicitações de apoio para reformas de escolas (SOUSA *et al.* 2019); apoio às iniciativas ligadas aos agroecossistemas pautados nos Sistemas Agroflorestais (SAFs) e construção de escola do campo, para garantir a formação

dos filhos de cooperados (Rocha, 2020); o estímulo à participação das mulheres nos espaços sociais (Silva *et al.* 2020), e trabalho de conscientização para a preservação da floresta, da conservação de espécies nativas e do solo (Souza; Bahia; Gomes, 2021).

Essas iniciativas têm seus reflexos nos indicadores da sustentabilidade local, que têm evidenciado o potencial dessas organizações ao concluir que a articulação de agricultores familiares em cooperativas resulta em uma performance superior nas dimensões da sustentabilidade quando comparados a agricultores familiares não cooperados na região Amazônica (Ramos *et al.*, 2022). Portanto, a melhoria da renda proveniente da atividade agrícola é apenas parte das suas contribuições para as famílias cooperadas. O fomento ao uso responsável dos recursos naturais e a recuperação da paisagem em áreas degradadas, exemplificam outros benefícios gerados por essas organizações no território. Isso demonstra a relevância das cooperativas não apenas para a geração de trabalho e renda, mas também para a manutenção da floresta e valorização da sociobiodiversidade local.

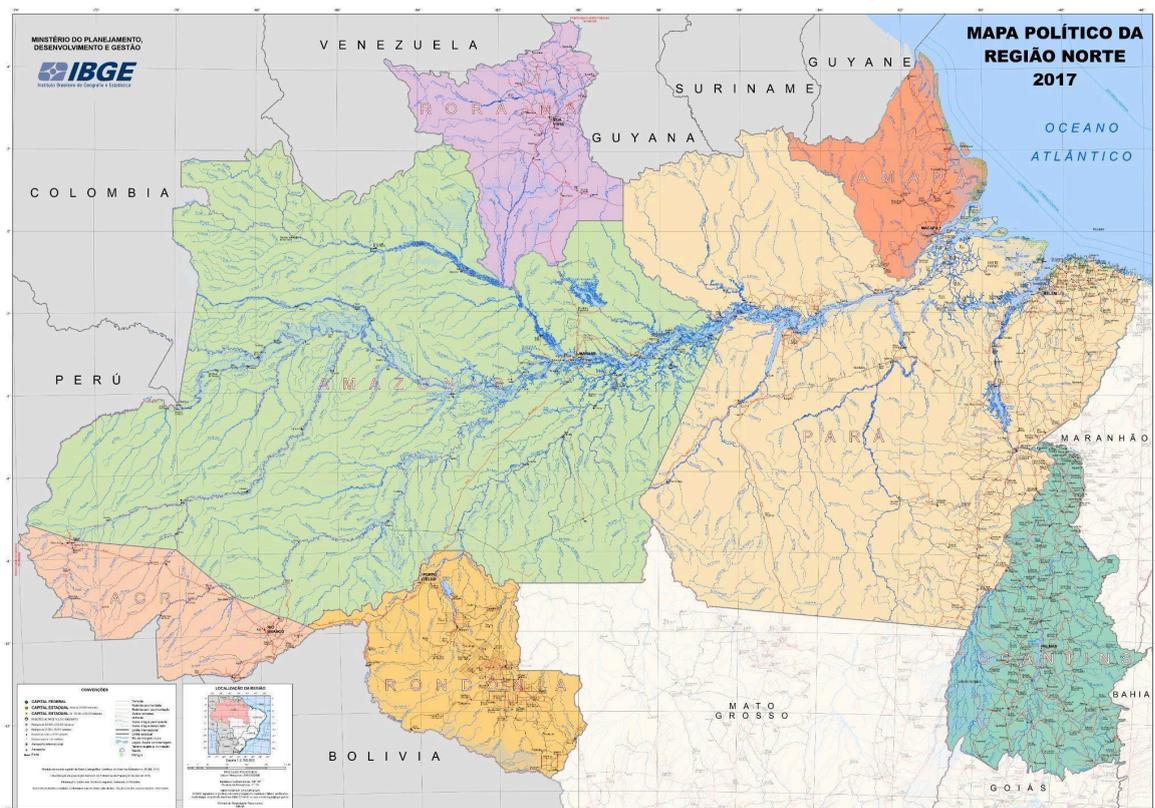
As contribuições das cooperativas não se restringem à dinâmica de vida dos agricultores cooperados e isso é também reconhecido por não membros de cooperativas. Isso porque, além dos benefícios gerados para seus membros, ela empreende ações em benefícios da comunidade, muitas vezes, suprimindo lacunas do estado e beneficiando também as famílias não cooperadas (Sousa *et al.*, 2019). Além disso, a chegada de uma cooperativa na comunidade regula os preços de mercado, contribuindo para a emancipação de muitos agricultores explorados por atravessadores e comerciantes (Silva *et al.*, 2019; Sousa *et al.*, 2019). Essas experiências revelam que as cooperativas são importantes instituições para as comunidades e podem ser estratégicas para promover o crescimento econômico sustentável no território.

Apesar da grande potencialidade do cooperativismo na Amazônia, constata-se a dificuldade de unir informações precisas sobre as cooperativas, principalmente das cooperativas de agricultores familiares, que ainda são dispersas e imprecisas. Consequentemente, muitas experiências cooperativas são negligenciadas e invisibilizadas na agenda política de seus territórios, o que limita seu potencial de intervenção no interior da floresta amazônica. Porém, como constatado na literatura emergente, dar visibilidade e apoiar iniciativas cooperativistas na região é uma alternativa estratégica para a preservação da sociobiodiversidade local e a manutenção da floresta amazônica (Ramos *et al.*, 2022; Silva, *et al.*, 2019; Londres *et al.*, 2023; Mariosa *et al.*, 2022; Brondizio *et al.*, 2021).

3. METODOLOGIA

O recorte territorial da pesquisa é a região Norte do Brasil, apresentada na Figura 1. Ela é composta por 450 municípios distribuídos em sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Com uma área total de 3.853.575,6 km², essa região cobre aproximadamente 42% do território nacional e abriga a maior proporção territorial do bioma Amazônico (IBGE, 2021). Esse território é constantemente impactado por intervenções degradadoras de seu ecossistema, mantendo-se ameaçado pela ação humana. Uma das principais atividades que impactam no equilíbrio do bioma é a agropecuária, quando mantém produções agrícolas baseadas em monoculturas e atividade pecuária extensiva.

Figura 1- Mapa político da região Norte do Brasil



Fonte: IBGE (2017).

Para operacionalizar os objetivos propostos para esta pesquisa, optou-se pela abordagem quantitativa e natureza descritiva. A metodologia aqui adotada busca mensurar e descrever as características do fenômeno objeto de estudo por meio da coleta de dados secundários. Para Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como objetivo relatar os fatos analisados conforme a sua ocorrência. Para a coleta de dados, foram utilizadas duas bases de

dados secundárias: (i) Extrato DAP de 2023; e o (ii) Censo Agropecuário de 2017. Os dados foram coletados entre os meses de março e novembro de 2023.

O “Extrato DAP” é um sistema do governo federal para consulta de DAPs jurídicas e físicas. A partir do Extrato da DAP é possível obter informações importantes sobre a agricultura familiar no Brasil. A DAP foi o principal documento comprobatório e de identificação da agricultura familiar entre 1995 e 2022. Em 2017 o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) foi instituído e iniciou-se a substituição à DAP em 2022 (Ministério da Agricultura e Pecuária, 2023). Apesar da institucionalização da CAF em 2017 e as emissões iniciarem em 2022, optou-se, neste estudo, pela análise das DAPs, pois aquelas com validade de 01 de fevereiro de 2024 em dia terão os prazos de validade mantidos. Assim, durante a coleta dos dados ainda haviam DAPs em vigência no país. Além disso, no momento da coleta de dados não havia uma base de informações pública que consolidasse e quantificasse as CAFs.

A consulta das DAPs foi realizada para identificar as cooperativas por município, englobando todos os municípios da região Norte. A partir do sistema, identificou-se as DAPs em situação expirada - vencida e não renovada; bloqueada - cancelada devido à irregularidades; e ativa - válida e dentro do prazo de vigência. Para a presente pesquisa, utilizou-se apenas os dados das DAPs ativas, pois apenas para as DAPs nessa situação é gerado um documento com informações da pessoa jurídica, contendo o ano de constituição, composição societária, lista dos cooperados, os seus municípios e o número de DAPs físicas vinculadas. Sabe-se que as DAPs ativas não representam a totalidade das organizações da região, no entanto, a insuficiência de dados sobre DAPs inativas e bloqueadas limita as análises detalhadas da totalidade de DAPs emitidas nos últimos anos.

Por fim, optou-se pelo Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2017, sendo a última edição publicada no momento da coleta dos dados. Através dos dados do Censo Agropecuário de 2017, a partir da variável “associação do produtor à cooperativa”, foi possível realizar o mapeamento dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar da macrorregião Norte filiados às cooperativas e as suas respectivas características. As principais características analisadas foram: número de cooperados; origem de assistência técnica; finalidade da produção; distribuição de área; utilização de agrotóxico; e a prática da agricultura orgânica.

É importante ressaltar que uma densa revisão de literatura e pesquisa documental foi realizada, bem como o contato com organizações não governamentais e governamentais para buscar bancos de dados sobre cooperativas da agricultura familiar da região. Foram

identificados alguns mapeamentos contendo listas de cooperativas, em geral, como fornecedoras de produtos da sociobiodiversidade. No entanto, os únicos bancos de dados que forneceram maior amplitude e delimitação das características das cooperativas foram os mencionados anteriormente nesta metodologia.

4. RESULTADOS

Esta seção está dividida em dois subtópicos. Inicialmente, buscou-se identificar e caracterizar o perfil dos estabelecimentos agropecuários associados à cooperativas no Norte do Brasil a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017. Posteriormente, essa análise é ampliada a partir da leitura dos dados do Extrato da DAP de 2023.

4.1. Perfil dos estabelecimentos agropecuários associados à cooperativas no norte do Brasil.

A Região Norte do Brasil possui 580.613 estabelecimentos agropecuários, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017. Desse total, 82,77% (480.575 estabelecimentos) são referentes a estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e 17,23% (100.038 estabelecimentos) são estabelecimentos agropecuários diversos, considerados estabelecimentos agropecuários não familiares. Ao todo, são 20.309 estabelecimentos agropecuários vinculados a cooperativas, considerando agricultura familiar e não familiar, representando 3,5% do total de estabelecimentos.

Considerando apenas os estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar (480.575 estabelecimentos), 15.542 são vinculados a cooperativas, representando 3,23% dos estabelecimentos da agricultura familiar. É importante ressaltar que os dados do Censo Agropecuário não distinguem os diferentes ramos das cooperativas. A Tabela 1 apresenta o número de estabelecimentos vinculados à cooperativa em comparação ao total de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar.

Tabela 1- Número de estabelecimentos vinculados à cooperativa por estado da região Norte.

Estado	Número de estabelecimentos vinculados a cooperativa	Total de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar
Acre	1.179	31.109
Amapá	447	6.984

Amazonas	2.505	70.358
Pará	4.389	239.737
Rondônia	5.996	74.329
Roraima	341	13.103
Tocantins	685	44.955
Total	15.542	480.575

Fonte: IBGE (2017).

Proporcionalmente (considerando a relação entre o número de estabelecimentos da agricultura familiar e o número de estabelecimentos da agricultura familiar cooperativado), os estados que possuem mais estabelecimentos da agricultura familiar cooperativado são Rondônia com 8,07% e o Amapá com 6,40%. Já o Pará, apesar de ser representativo no número de estabelecimentos da agricultura familiar cooperativado, não é tão expressivo considerando essa proporção, uma vez que não alcança 2% dos estabelecimentos da agricultura familiar total vinculados à cooperativas no estado.

Em relação ao sexo dos indivíduos responsáveis pelos estabelecimentos nos sete estados no Norte, observa-se que a grande maioria dos estabelecimentos cooperativados são administrados por homens que representam 85,1% (13.226 estabelecimentos) e apenas 14,9% (2.316 estabelecimentos) por mulheres. Essa não é uma realidade apenas dos estabelecimentos da agricultura familiar cooperativados, uma vez que na agricultura familiar não cooperativada, cerca de 80% (383.693 estabelecimentos) também são administrados por homens.

Nos estabelecimentos da agricultura familiar cooperativados cerca de 83,1% (12.915 estabelecimentos) a finalidade produtiva é a comercialização, enquanto para 16,9% (2.627 estabelecimentos) é o consumo próprio das famílias. Em comparação com os estabelecimentos da agricultura familiar não cooperativados, em cerca de 70% (336.263 estabelecimentos) a finalidade principal é a comercialização e 30% (144.312 estabelecimentos) é para consumo próprio.

Outro aspecto que merece destaque é que 26,18% (4.063 estabelecimentos) dos agricultores vinculados a cooperativas recebem assistência técnica em suas propriedades, enquanto apenas 8,82% (42.398 estabelecimentos) de agricultores familiares não vinculados a cooperativas acessam algum tipo de assistência técnica. Nota-se que grande parte da assistência técnica ofertada aos estabelecimentos da agricultura familiar cooperativados são originárias de entidades governamentais, seja em âmbito federal, estadual ou municipal,

seguida das próprias cooperativas que ofereceram assistência técnica diretamente aos seus cooperados.

Outro aspecto que reflete a importância das cooperativas nos estabelecimentos agropecuários é a renda principal das famílias agricultoras. Para cerca de 70% (10.877 estabelecimentos) dos estabelecimentos da agricultura familiar cooperativados, a renda principal é advinda das atividades agropecuárias realizadas no próprio estabelecimento, enquanto para cerca de 30% (4.665 estabelecimentos) a renda principal é resultado de outras atividades fora do estabelecimento, incluindo a venda da força de trabalho.

Entre os estabelecimentos da agricultura familiar não cooperativada, apenas 59,23% (284.623 estabelecimentos) têm a renda principal advinda das atividades do próprio estabelecimento. Assim como observado por Tomazzoni e Schneider (2022) é possível verificar que quando há associação à cooperativa, há também maior tendência de que a renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento seja superior se comparada a outras fontes rendas advindas de atividades desenvolvidas fora do estabelecimento agropecuário.

No que se refere à distribuição dos estabelecimentos agropecuários cooperativados por área, é possível notar que cerca de 306 estabelecimentos, 1,97% dos estabelecimentos são de agricultores familiares sem área e cerca de 3.860 estabelecimentos se enquadram na faixa entre 20 ha e 50 ha, representando 24,84% dos estabelecimentos associados à cooperativas na região Norte, sendo a faixa mais representativa. A faixa de 50 ha a 100 ha representa 18,89% (2.936 estabelecimentos) das áreas de estabelecimentos agropecuários cooperativados, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2- Distribuição dos estabelecimentos agropecuários associados à cooperativa em relação ao grupo de área no Norte do Brasil

TOTAL	15.542	100%
0 ha - 2 ha	1.537	9,89%
2 ha - 5 ha	1.194	7,68%
5 ha -10 ha	1.261	8,11%
10 ha - 20 ha	1.790	11,52%
20 ha - 50 ha	3.860	24,84%
50 ha - 100 ha	2.936	18,89%
100 ha - 200 ha	1.942	12,50%

200 ha - 500 ha	645	4,15%
500 ha - 1000 ha	55	0,35%
1000 ha - 2500 ha	16	0,10%
2500 ha e mais	0	0
Produtor sem área	306	1,97%

Fonte: IBGE (2017)

As faixas com menor número de estabelecimentos são aquelas acima de 200 ha, que somados representam apenas 716, ou seja, 4,6% do total dos estabelecimentos da agricultura familiar cooperativada. Conforme demonstrado na Tabela 2, cerca de 80% (12.578 estabelecimentos) possuem entre 0 e 100 ha, demonstrando que as cooperativas integram, principalmente, agricultores de pequenas propriedades e, assim, cumprem também um papel social relevante. Este fato pode ser justificado pela atuação das cooperativas como mecanismos de subversão da marginalização da agricultura familiar nos sistemas alimentares sustentáveis, através da inclusão de agricultores familiares em mercados alimentares (Chayanov, 2017; Freitas, 2022).

Com relação a utilização de agrotóxico para produção nessas propriedades rurais, é possível observar que cerca de 61,5% (9.567 estabelecimentos) da agricultura familiar cooperativada relataram não utilizar agrotóxico na produção. Não obstante o expressivo número de estabelecimentos da agricultura familiar que relataram não utilizar agrotóxicos, apenas 2,17% (338 estabelecimentos) praticam agricultura ou pecuária orgânica na região Norte.

Os dados do Censo de 2017 revelam o potencial do cooperativismo para a agricultura familiar no Norte do Brasil quando comparados à agricultura familiar não cooperativada. Apesar de representarem 3,23% do total de estabelecimentos da agricultura familiar na região, se tratando do acesso à assistência técnica, finalidade da produção, adubação orgânica e agricultura ou pecuária orgânica, os agricultores familiares vinculados a cooperativas apresentaram melhor performance quando comparados aos agricultores familiares não cooperativados, conforme sintetizado na Tabela 3.

Tabela 3- Perfil da Agricultura Familiar da Região Norte

PERFIL DOS ESTABELECEMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	Estabelecimentos da agricultura familiar cooperativado	Estabelecimentos da agricultura familiar não cooperativado
Finalidade da produção nos estabelecimentos da agricultura familiar - comercialização	83,10%	69,53%
Estabelecimentos da agricultura familiar cujo a renda principal advém das atividades do estabelecimento	69,98%	59,87%
Estabelecimentos da agricultura familiar que recebem assistência técnica	26,18%	8,24%
Estabelecimentos da agricultura familiar praticam agricultura ou pecuária orgânica	2,17%	1,35%
Estabelecimentos da agricultura familiar que não fizeram uso de agrotóxico	61,5%	78,58%

Fonte: IBGE (2017).

A fim de realizar uma análise territorializada, observa-se que estados com maiores proporções de agricultores familiares cooperativados cujo a finalidade principal da produção agropecuária é a comercialização são Rondônia, Tocantins, Roraima, Amazonas e Pará, representando respectivamente 96,85%, 81,75%, 81,23%, 79,65% e 75,83%. Os estados com as menores proporções nesse quesito foram Acre e Amapá, representando 54,54% e 68,90% dos agricultores familiares comercializando suas produções, ou seja, nesses estados há uma representativa parcela de agricultores familiares com produção apenas para consumo próprio e/ou para consumo de pessoas com laços parentescos. Sendo assim, nesses estados há maior proporção de agricultores cuja renda principal não advém dos estabelecimentos agropecuários.

Considerando as vantagens em participar de cooperativas em relação à assistência técnica, pode-se observar que Tocantins, Roraima e Rondônia possuem percentuais mais significativos no quesito estabelecimentos da agricultura familiar cooperativado que recebem algum tipo de orientação técnica, sendo em média 35% dos estabelecimentos. Já o Acre, Amazonas e Amapá apresentam variação de 21% a 24% nesse aspecto, enquanto o estado com menor proporção de estabelecimentos agrícolas familiares cooperados que recebem assistência técnica é o Pará, com apenas 18%.

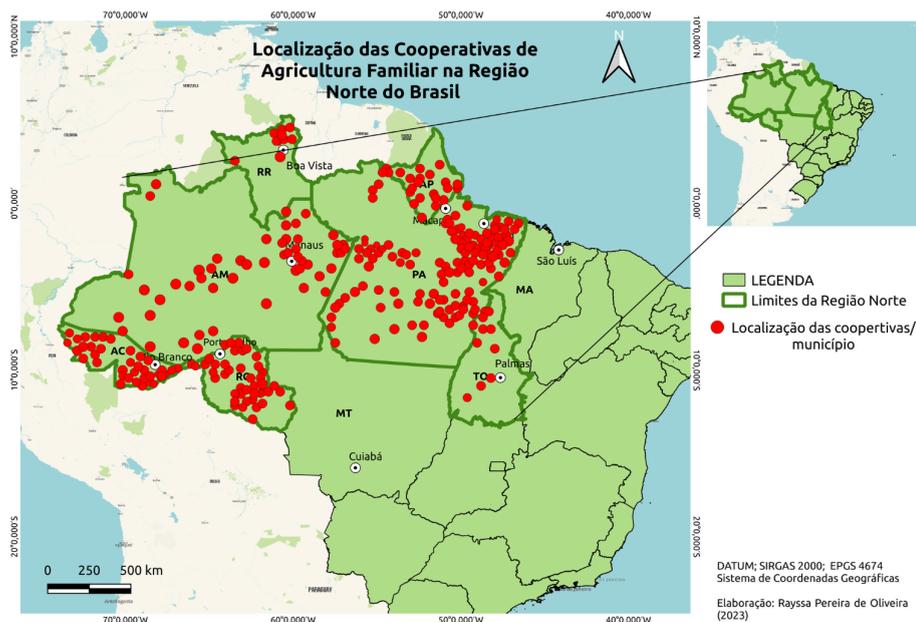
No tópico seguinte serão apresentados os dados obtidos a partir do Extrato do Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP) para posterior comparação dos dados obtidos através das duas bases de dados.

4.2. Mapeamento e características das Cooperativas de Agricultura Familiar no norte do Brasil

Com o intuito de identificar os agricultores familiares brasileiros foi instituído em 1995 o Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP) através da Resolução nº 2.191 de 1995 do Conselho Monetário Nacional (CMN). A DAP é o documento de identificação do agricultor familiar, que individualmente detém a DAP física, e dos empreendimentos rurais familiares, associações e cooperativas, detentores da DAP na categoria jurídica. Com a DAP ativa, as unidades familiares e os empreendimentos rurais familiares estão aptos a acessarem políticas públicas voltadas para a agricultura familiar como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Gonçalves *et al.*, 2020).

A partir do levantamento das DAPs da região norte, realizada através do sistema Extrato DAP, notou-se que haviam 173 cooperativas com DAP Jurídica em situação ativa, enquanto 260 DAPs de cooperativas estão em situação irregular. Na Figura 2, a seguir é demonstrado a distribuição por estado de DAPs totais de cooperativas por estado.

Figura 2 - Distribuição de DAPs das cooperativas por estado da região Norte



Fonte: Extrato DAP (2023).

Em suma, 25 cooperativas estão com a DAP bloqueada, 3 canceladas, 10 inválidas e 222 expiradas. Ou seja, há um expressivo número de cooperativas com potencial de regularização, já que cerca de 60% das cooperativas com DAP não estão aptas a acessar políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, como o PNAE e o Pronaf. No entanto, Perin *et al.* (2021) observou que uma das principais dificuldades da agricultura familiar no acesso a políticas públicas é reunir os documentos para emitir ou renovar a DAP. Neste trabalho, para fins das análises, são investigadas apenas as DAPs Jurídicas em situação ativa, uma vez que não é possível obter informações detalhadas das DAPs bloqueadas e expiradas.

Do total de cooperativas com DAP ativa, cerca de 49,7% estão localizadas no Pará, estado com maior número de cooperativas possuindo 86 DAPs ativas. Enquanto os estados do Acre, Amazonas e Rondônia detêm entre 11% e 13,87% das cooperativas com DAPs ativas da região norte. Já o Amapá, Roraima e Tocantins são os estados com menor número de cooperativas com DAPs ativas. Juntos, esses estados detêm apenas 13,29% das cooperativas da região norte.

As cooperativas com DAP ativa totalizam 10.846 cooperados, sendo que 48,18% (5.226 cooperados) estão localizados no Pará, estado com maior representação também no número de cooperados. O segundo estado com maior número de cooperados é o Acre contendo 1.589 cooperados, ou seja, 14,65% do total de associados da região norte, seguido por Roraima, que detém 11,72% dos cooperados (1.272 cooperados). Os estados com menor representatividade no quesito cooperados são Tocantins, Amapá e Rondônia, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 - Média de cooperados por cooperativa

Estados	Cooperados	Cooperativas com DAP ativa	Média de cooperados por cooperativa
Acre	1589	24	66
Amapá	668	11	61
Amazonas	1069	20	53
Pará	5226	86	61
Rondônia	853	20	43
Roraima	1272	8	159
Tocantins	169	4	42
TOTAL	10846	173	63

Fonte: Extrato DAP (2023).

É possível observar que em média⁴, as cooperativas com DAP ativa possuem 63 cooperados. Por estado, a média de cooperados por cooperativa varia entre 42 e 159 cooperados, sendo que Roraima apresenta maior concentração de cooperados por cooperativa, enquanto em Rondônia e Tocantins há maior diluição dos cooperados.

A partir do extrato da DAP é possível identificar também o número de cooperados por cooperativa e a composição societária, sendo as principais categorias: Assentado Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), extrativista, pescadores, quilombola, indígena, aquicultor, silvicultor, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, demais agricultores familiares e agricultores sem DAP, dificultando a sua categorização devido a falta de informações. Na Tabela 5 é detalhado o número de cooperados por categoria na região norte.

Tabela 5 - Composição societária das DAP jurídicas de cooperativas na região norte

Composição societária	Número de cooperados
Demais Agricultores Familiares	4958
Sem DAP	2396
Assentados Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	1404
Extrativista	1064
Pescador	454
Quilombola	231
Indígenas	174
Aquicultor	134
Silvicultor	17
Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário	14
TOTAL	10846

Fonte: Extrato DAP (2023).

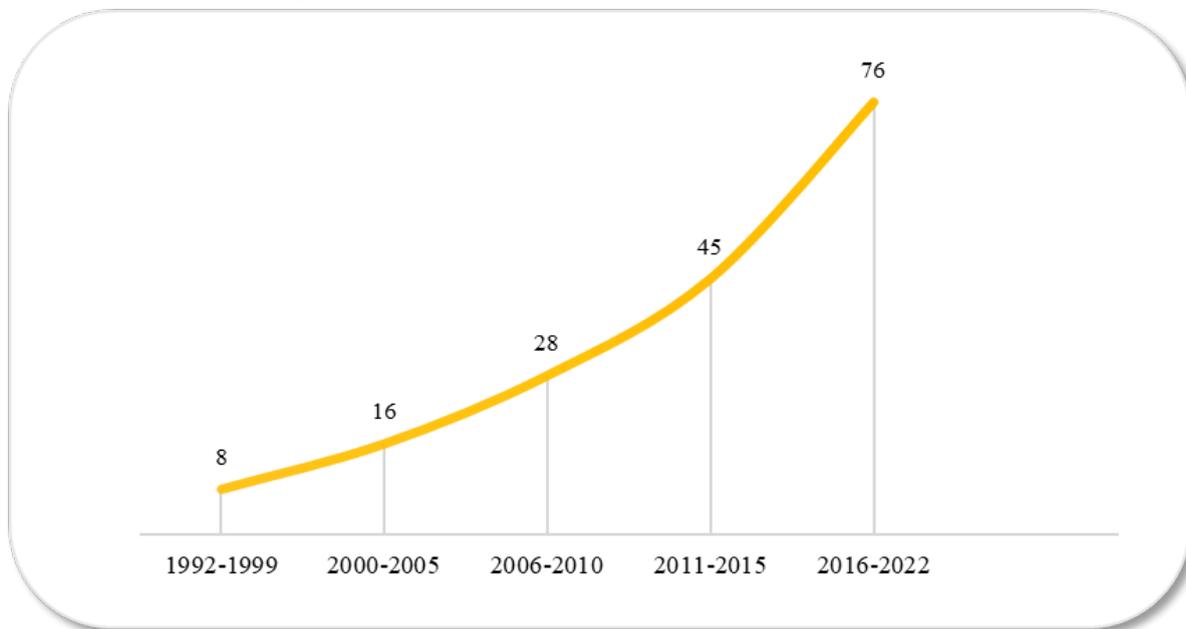
Cerca de 45,7% (4.958 cooperados) são classificados como demais agricultores familiares e 22,09% (2.396 dos cooperados) não são detentores de DAP física, dificultando a sua categorização. A terceira categoria com maior número de cooperados é PNRA, com 12,94% (1.404 cooperados), seguido da categoria extrativista representando 9,81% (1.064 cooperados). As demais categorias, somadas, não ultrapassam 9,4% do total de cooperados da região, com apenas 1.024 cooperados.

Em relação à constituição dessas organizações, optou-se por analisar o ano de constituição das cooperativas, categorizando cinco períodos históricos, sendo eles entre i.

⁴ Média simples, divisão do número de cooperados pelo número de cooperativas com DAP ativa.

1992-1999; ii. 2000-2005; iii. 2006-2010; iv. 2011-2015; e v. 2016-2022, conforme apresentado na Figura 3 a seguir.

Figura 3 - Evolução da constituição das cooperativas



Fonte: Extrato DAP (2023).

No período analisado, houve uma representativa evolução no número de cooperativas constituídas em 30 anos na região. Apenas 8 cooperativas foram constituídas antes dos anos 2000, enquanto 44 cooperativas foram criadas entre 2000 e 2010. O grande destaque foi entre 2011 e 2022, uma vez que 121 cooperativas (69,94% do total) foram constituídas nesse período, tendo grande alta entre 2018 e 2022. Isso ocorre, principalmente, pelos elevados registros no ano de 2021, com 21 cooperativas criadas, sendo este, o ano mais representativo no quesito período de constituição dentre todos os anos analisados. Baseado na literatura especializada e em pesquisas prévias, uma hipótese que justifica esse aumento é a institucionalização da Lei nº 11.947/2009, que define a compra de alimentos da agricultura familiar no âmbito do PNAE, incentivando a criação de cooperativas como modelo de organização coletiva formal adequado para acessar esse mercado institucional.

5. COOPERATIVISMO NO NORTE DO BRASIL: SUBSÍDIOS PARA FOMENTAR UMA AGENDA PÚBLICA

Apesar dos dados do Censo Agropecuário de 2017 e da DAP (2023) não evidenciarem a diversidade sociocultural sob a qual a agricultura familiar se edifica no Norte do Brasil, revelam evidências que sustentam as contribuições das cooperativas para o segmento da

agricultura familiar na região e indicam lacunas que ressoam no seu potencial de intervenção. Para dar visibilidade às potencialidades e limitações dessas experiências, esta seção apresenta a síntese analítica dos resultados da pesquisa em duas categorias: (i) diferenciais comparativos da agricultura familiar cooperativada e (ii) distribuição espacial das cooperativas. Espera-se, a partir dessa análise, delimitar o retrato das cooperativas da agricultura familiar no Norte do país.

5.1 Diferenciais comparativos da agricultura familiar cooperativada

Estudos de caso que focalizam o desempenho das cooperativas da agricultura familiar em comunidades amazônicas constataram que essas organizações desempenham um papel relevante para a sustentabilidade em seus territórios (Ramos *et al.*, 2022; Silva *et al.*, 2019; Sousa *et al.*, 2019). É sobre esses aspectos que se explora os diferenciais comparativos da agricultura familiar cooperativada. Portanto, é objetivo deste tópico apresentar os diferenciais da agricultura familiar cooperativada em relação a não cooperativada no Norte do Brasil.

Inicialmente, notou-se uma profunda contribuição das cooperativas na vida econômica das famílias cooperadas. Os dados do Censo Agropecuário (2017) mostraram que há uma diferença superior a 13% quando analisada a finalidade principal de comercialização entre a agricultura familiar cooperativada em relação à agricultura familiar não cooperativada. Isso sugere a importância das cooperativas para o escoamento da produção de seus cooperados e, assim, a ampliação das oportunidades de geração de renda às famílias. Esse incremento percentual é significativo quando se compreende que, em geral, trata-se de um público historicamente marginalizado da agenda pública governamental e que vive desafios para superar condições de vulnerabilidade social.

A finalidade econômica inerente ao modelo organizacional das cooperativas impulsiona o acesso a mercados à medida em que elas são constituídas para comercialização de produtos produzidos/manejados por seus cooperados. Para Freitas (2022), o acesso a mercados pela agricultura familiar é fundamental para a resiliência das famílias e sua manutenção no campo, e como expressam os dados, as cooperativas podem estar contribuindo para isso. Não obstante a importância da produção destinada para o consumo familiar, a ênfase na produção para a comercialização destaca que as cooperativas cumprem o seu papel econômico e que a agricultura familiar se beneficia disso. Os dados sugerem, portanto, que ser agricultor(a) familiar cooperativado significa ter mais oportunidades para explorar economicamente seu estabelecimento agropecuário e dele extrair renda significativa para a família.

Para além do acesso a oportunidades comerciais, o vínculo a cooperativas amplia o acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural e contribuem para uma agricultura mais produtiva e sustentável. A diferença superior observada nos dados do Censo Agropecuário (2017) nestes dois itens convergem para isso: mais acesso à assistência técnica implica em mais informações e orientações para qualificar e ampliar a produção agropecuária e mais acesso a mercados promovendo melhores oportunidades para escoamento da produção e, assim, geração de renda. Apesar de haver outras variáveis influenciando esse cenário, o indicador de que a grande maioria dos estabelecimentos da agricultura familiar cooperativada tem a renda principal advinda de seu próprio estabelecimento dá pistas para afirmar que ser cooperativado pode resultar em maior autonomia econômica da família.

Apesar das evidências de que ser cooperado potencializa o desempenho da agricultura familiar, os dados da DAP Jurídica sugerem que ainda há lacunas que podem ser superadas para dinamizar a atuação destas organizações e potencializar suas contribuições para os agricultores cooperados. Observou-se que aproximadamente 59% das DAPs de cooperativas emitidas estão em situação irregular, não estando aptas ao acesso às políticas públicas de estímulo à agricultura familiar. Grande parte dessas DAPs não foram renovadas, ou seja, há uma gama de cooperativas inativadas na região e que poderiam beneficiar diversas comunidades e indivíduos. No entanto, Perin *et al.* (2021) observou que uma das principais dificuldades da agricultura familiar no acesso a políticas públicas, como o PAA, é reunir os documentos para emitir ou renovar a DAP.

Não obstante a relevância destas organizações para os seus territórios, os dados do Censo Agropecuário de 2017 também demonstraram que há uma grande lacuna, uma oportunidade pouco aproveitada para as cooperativas, já que apenas 3,23% dos estabelecimentos da agricultura familiar estão vinculados às cooperativas. Para Neves (2021), mesmo frente a baixa adesão a cooperativas na região norte, essas organizações apoiam agricultores(as) nas suas atividades agrícolas no interior da floresta e corroboram para o alcance de bons resultados para os seus membros, contribuições estas também evidenciadas nos dados do Censo Agropecuário de 2017.

Portanto, os dados extraídos do Censo Agropecuário (2017) e da DAP Jurídica (2023), apesar de apresentarem lacunas que limitam o potencial destas organizações, sugerem que ser cooperativado amplia a resiliência da agricultura familiar nos estados do Norte do país, já que a sua organização em cooperativas facilita o acesso a recursos, amplia o acesso à oportunidades comerciais e a informações. Para além dessas contribuições, a organização

social das comunidades e populações tradicionais é fundamental para a proteção de seu patrimônio cultural e para a promoção do desenvolvimento sustentável de seus territórios.

Porém, os dados da DAP e do Censo Agropecuário 2017 apresentam ainda limitações que não permitem uma análise ampliada dessas contribuições. Além disso, ao categorizar os cooperados para a emissão da DAP, cerca de 45% dos beneficiários foram enquadrados como “demais agricultores familiares”, invisibilizando os povos e comunidades tradicionais pujantes na região. Nos dados do Censo Agropecuário de 2017 essas questões sequer foram apontadas. No entanto, é preciso levar em consideração que na região Norte encontra-se cerca de 919.386 de pessoas que se enquadram como povos indígenas ou quilombolas⁵. Isso demonstra a necessidade de compreender as particularidades nas formas de produção, organização social e comercialização desses povos.

5.2 Distribuição espacial das cooperativas

Esse eixo de análise tem como objetivo evidenciar como as cooperativas da agricultura familiar estão espacialmente distribuídas entre os 7 estados do Norte do Brasil. Ao analisar as divergências e convergências do cruzamento de dados do Censo Agropecuário (2017) e da DAP Jurídica (2023), foi possível observar que há estados com um número significativo de estabelecimentos da agricultura familiar cooperativados e com DAP Jurídica ativa, o que atribui a elas maiores oportunidades de acesso à políticas públicas, enquanto outros, é possível constatar que ainda há espaço para crescimento e expansão. Portanto, as informações aqui apresentadas mostram as desigualdades espaciais e diferenças estaduais.

O Pará é o segundo maior estado em relação ao número de estabelecimentos da agricultura familiar cooperativados na região, ficando atrás apenas do estado de Rondônia (IBGE, 2017). Esta significância do cooperativismo no estado é também evidenciado nos dados da DAP Jurídica (2023). Os números mostraram que este é o estado com o maior número de DAPs ativas e o maior em números de cooperados. O expressivo número nestes eixos de análise em comparação aos demais estados pode estar condicionada a sua abrangência territorial e populacional, já que o estado é o segundo maior em tamanho territorial, ficando atrás apenas do estado do Amazonas (1.559.255,881 km²), e é o maior estado da região em termos populacionais (8,1 milhões de habitantes).

Apesar dos expressivos números de cooperados e cooperativas no estado, quando analisada a média de cooperado por cooperativa, o estado apresentou um dos menores números, ficando a frente apenas do Amazonas, Tocantins e Rondônia (DAP Jurídica, 2023).

⁵ Dados da Agência IBGE (2023).

Além disso, o Pará é o estado que apresenta a menor proporção de estabelecimentos da agricultura familiar que recebem assistência técnica. Os números mostram, portanto, que o estado possui um número significativo de cooperativas, mas sugere que muitos destes estabelecimentos possuem ainda uma baixa capilaridade e que há espaço para qualificação e expansão das cooperativas já existentes.

Situação similar ocorre no estado de Rondônia. Com uma área territorial de 237.754,172 km² e uma população residente de 1.581.196 pessoas, é o estado com o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar cooperativada (IBGE, 2017). Apesar disso, dados da DAP Jurídica (2023), mostraram que o estado possui apenas 20 DAPs Jurídicas ativas e apresentou um dos menores números de cooperados vinculados a cooperativas. Este foi ainda o segundo estado do norte com a menor média de cooperados por cooperativas. Ou seja, apesar de o estado apresentar o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar cooperativada, possui o menor número de cooperados vinculados a cooperativas.

Apesar disso, Rondônia está entre os estados do Norte onde os estabelecimentos da agricultura familiar apresentaram o maior percentual de acesso à assistência técnica e extensão rural (IBGE, 2017). Além disso, Rondônia apresenta a maior proporção de agricultores cuja renda principal advém dos estabelecimentos agropecuários. Esses números convergem para a relevância destas organizações para as famílias agricultoras cooperadas. Portanto, mesmo diante da baixa capilaridade das cooperativas presentes no território, os números sugerem que essas organizações têm sido importantes instrumentos para a geração de trabalho e renda e para a qualificação das atividades agrícolas por meio do oferecimento de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Diferente do que ocorre no Pará e em Rondônia, o estado de Roraima possui o menor número de estabelecimentos da agricultura familiar vinculados a cooperativas e o menor número de DAPs Jurídicas ativas na região. Os resultados pouco expressivos nestes eixos de análise em comparação aos demais estados pode ser explicado pelas suas características territoriais. Roraima possui uma área territorial de 223.644,530 km² e é o estado menos populoso da região Norte (636.707 pessoas residentes). Apesar disso, o estado possui a maior média de cooperados por cooperativas e é o terceiro estado com o maior número de cooperados.

Portanto, mesmo diante do baixo número de estabelecimentos da agricultura familiar cooperativados em Roraima, estes empreendimentos, quando comparados aos demais estados da região, possuem um número significativo de famílias beneficiadas diretamente pelas suas

atividades. Estes benefícios são demonstrados nos dados extraídos do Censo Agropecuário (2017). Em relação a oferta de assistência técnica pelos estabelecimentos da agricultura familiar cooperativada e a proporção de agricultores cuja renda principal advém dos estabelecimentos agropecuários, o estado apresentou um dos melhores números nestes eixos de análise, assim como observado no estado de Rondônia. A diferença entre ambos os estados é que os números sugerem que em Roraima há um número maior de famílias que são diretamente impactadas pelas ações empreendidas pelas cooperativas.

Assim, é possível concluir que há diferenças na forma como as cooperativas estão espacialmente distribuídas nos estados do Norte do Brasil e na sua capacidade de intervenção em seus territórios. Apesar dos dados não apresentarem detalhes do funcionamento e gestão desses empreendimentos, indicam estados onde o setor é pujante e outros em que ainda é possível notar uma lacuna de oportunidades a serem exploradas. Além disso, os resultados da análise convergem para a conclusão de que um elevado número de cooperativas ativas não pressupõe a qualidade destes empreendimentos, o que sugere a necessidade de uma análise mais ampliada da atuação dessas organizações nos seus territórios.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido a dificuldade de encontrar dados consolidados sobre as cooperativas da agricultura familiar na região Amazônica, os dados do Censo Agropecuário de 2017 e das DAPs tornaram-se informações relevantes para análise do cooperativismo na região. Existem diversas cooperativas que não possuem DAP, o que dificulta o mapeamento das mesmas. No entanto, os dados utilizados no presente trabalho não demonstram de fato a realidade sociocultural e territorial da região Amazônica, especificamente da região Norte. Consequentemente, não permitem uma análise mais aprofundada e comparativa levando em consideração as diferenças socioculturais da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais da Amazônia.

Apesar dos dados do Censo Agropecuário de 2017 e da DAP não evidenciarem os números concretos das cooperativas e refletirem a diversidade sociocultural sob a qual a agricultura familiar se edifica no Norte do Brasil, revelam evidências que sustentam as contribuições do cooperativismo para o segmento da agricultura familiar na região. Portanto, a relevância da organização produtiva em cooperativas para essas famílias da região Norte do Brasil não deve ser minimizada e invisibilizada.

Em síntese, os dados analisados demonstraram que o cooperativismo pode ser estratégico para potencializar a agricultura familiar no território, possibilitando o acesso a vantagens que atribuem a ela uma melhor performance quando comparadas à agricultura familiar não cooperativada. As cooperativas, ao desenvolverem seu negócio junto às comunidades, ressoam em um desempenho superior à agricultura familiar não cooperativada nos critérios de comercialização, fonte de renda principal, assistência técnica e produção orgânica na região norte do Brasil. O Estado precisa dar visibilidade, ampliar o acesso ao crédito e apoiar, através de políticas públicas, os empreendimentos cooperativos para o desenvolvimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, visando a manutenção das florestas e a proteção dos povos e comunidades tradicionais.

Para estudos futuros, sugere-se ampliar as agendas de pesquisas, conduzindo o cooperativismo ao centro dos debates. A fim de compreender minuciosamente as características que particularizam as cooperativas em diferentes estados da Amazônia, é necessário ampliar os estudos que favoreçam a coleta de dados, averiguando como as dinâmicas organizacionais e as articulações com diferentes atores sociais contribuem com o desenvolvimento das cooperativas e das comunidades. Assim, é possível contribuir ainda mais para a disseminação do cooperativismo, ressaltando seu papel estratégico em busca do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

6. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal.** Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>>.

Acesso em 30 de out. 2023.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios.**

Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios>>. Acesso em 30 de out. 2023.

ALMEIDA, M. T. B.; ALMEIDA, L. C. S. **Fome e soberania alimentar na Amazônia:** notas sobre um silêncio cada vez mais incômodo. *Tempo Amazônico*, v. 8, n. 2, p. 228-249, 2021.

BARROSO, L. R.; MELLO, P. P. C. **Como salvar a Amazônia**: por que a floresta de pé vale mais do que derrubada. Revista de Direito da Cidade, v. 12, n. 2, p. 1262-1307, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 de fev. 2007.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 jul. 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. **Resolução nº 2.191, de 1995**. Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 1995.

BRONDIZIO, E. S.; ANDERSSON, K.; CASTRO, F.; FUTEMMA, C.; SALK, C.; TENGÖ, M.; LONDRES, M.; TOURNE, D.; GONZALEZ, T. S.; GARZÓN, A. M.; LOPES, G. R.; SIANI, S. **Making place-based sustainability initiatives visible in the Brazilian Amazon**. Current Opinion in Environmental Sustainability, v. 49, p. 66-78, 2021.

BURKE, B. J. **Cooperatives for “fair globalization”?** Indigenous people, cooperatives, and corporate social responsibility in the Brazilian Amazon. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 6, p. 30-52, 2010.

CHAYANOV, A. **A Teoria das Cooperativas Camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

DIAS, R. F.; CARVALHO, C. A. A. **Bioeconomia no Brasil e no mundo: panorama atual e perspectivas**. *Revista Virtual de Química*, v. 9, n. 1, p. 410-430, 2017.

FREITAS, A. F. **Contribuições do cooperativismo para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis em países de língua portuguesa**. Estágio Pós-Doutoral, Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia (CES/FEUC), Coimbra, Portugal, 2022.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Editora Atlas: São Paulo, 2008.

GONÇALVES, É. C. B. A.; GAMA, A. C.; DE SOUZA MEDINA, T. **Produtos da Agricultura Familiar (AF) nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo: aplicação da verba do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. *Extensão Rural*, v. 27, n. 2, p. 89-100, 2020.

GUIMARÃES, D.; SARMENTO, C. S.; CASTRO FILHO, E. **Abrangência da declaração de aptidão ao Pronaf (dap) e do programa garantia safra 2015/2016 aos agricultores familiares do território de identidade sudoeste baiano**. *Enciclopédia Biosfera*, v. 13, n. 23, 2016.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>>. Acesso em: 17 de out. 2023.

LONDRES, M.; SALK, C.; ANDERSSON, K. P.; TENGÖ, M.; BRONDIZIO, E. S.; LOPES, G. R.; SIANI, S.; GARZÓN, A. M.; GONZÁLEZ, T. S.; MONTOYA, D. R.; FUTEMMA, C.; CASTRO, F.; TOURNE, D. C. M. **Place-based solutions for global social-ecological dilemmas: An analysis of locally grounded, diversified, and cross-scalar initiatives in the**

Amazon. *Global Environmental Change*, v. 82, 2023.

MARIOSIA, P. H.; PEREIRA, H.D.S.; MARIOSIA, D. F.; FALSARELLA, O. M.; CONTI, D. D. M.; DE BENEDICTO, S. C. **Family Farming and Social and Solidarity Economy Enterprises in the Amazon: Opportunities for Sustainable Development**. *Sustainability*, v. 14, n. 17, 2022.

MENEZES, H. **O que é sociobiodiversidade?** SOS Amazônia, 2021. Disponível em: <<https://sosamazonia.org.br/tpost/lb65m0vse1-o-que-sociobiodiversidade>>. Acesso em: 13 de dez. 2024.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/dap/cadastro-nacional-da-agricultura-familiar-caf>>. Acesso em 04 de jan. 2024.

NEVES, M. C. R.; SILVA, F. F.; FREITAS, C. O.; BRAGA, M. J. **The role of cooperatives in Brazilian agricultural production**. *Agriculture*, v. 11, n. 10, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Anuário do cooperativismo**. 2023.

PAMPLONA, L. M. P.; SALARINI, J.; KADRI, N. M. **Potencial da bioeconomia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e possibilidades para a atuação do BNDES**. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, ed. esp., 2021.

PERIN, G. ALMEIDA, A. F. C. S.; SPÍNOLA, P. A. C.; PELLA, A. F. C.; SAMBUICHI, R. H. R. **A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios**. 2021.

RAMOS, J. M. G.; COSTA, F. S.; FRAXE, T. J. P.; SANTIAGO, J. L.; GONÇALVES, V. V. G.; **O cooperativismo como fator de potencialização do desenvolvimento sustentável em comunidades rurais amazônicas: o caso de uma cooperativa agrícola de Rio Preto da Eva-Amazonas**. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 7, 2022.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências**. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2006.

ROCHA, A. C. O. **Trajetórias e concepções do cooperativismo camponês no nordeste paraense**. 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SANTOS, D.; SALOMÃO, R.; VERÍSSIMO, A. **Fatos da Amazônia 2021**. Centro de Empreendedorismo da Amazônia e Imazon. 2021.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SEAD). **Extrato DAP Pessoa Jurídica**. Disponível em:

<<https://smap14.mda.gov.br/extratodap/>>. Acesso em: 10 de out. 2023.

SILVA, L. J. PINHEIRO, J. O. C.; SANTOS, E. M.; COSTA, J. I.; MENEGHETTI, G. A.; **O cooperativismo como instrumento para a autonomia de comunidades rurais da Amazônia**: a experiência dos agricultores extrativistas do município de Lábrea, AM. 2019.

SILVA, P. F. N.; MARTINS, C. M.; KATO, O. R.; MOREIRA, M. A.; OLIVEIRA, J. S. R. **Atividades produtivas e contexto socioeconômico da cooperativa D'Irituia**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, v. 7, n. 14, p. 47-72, 2020.

SOUSA, A. M. P. PONTES, B. S.; SILVA, M. J. S.; VIEIRA, T. A. **Cooperativismo em Comunidades florestais na Amazônia**: o que dizem os não-membros? Ambiente & Sociedade, v. 22, 2019.

SOUZA, R. R. C.; BAHIA, P. Q.; GOMES, S. C. **Inclusão de pequenos produtores rurais em cadeias de valor**: O caso do Tucumã (*Astrocaryum Vulgare Mart.*) no município de Irituia. 2021.

TOMAZZONI, G. C.; SCHNEIDER, S. **A presença do cooperativismo na agricultura do Sul do Brasil**: uma breve caracterização a partir dos dados do censo agropecuário 2017. DRd-Desenvolvimento Regional Em Debate, v. 12, n. ed. esp. Dossiê, p. 65-88, 2022.

VIEIRA JUNIOR, P. A.; BUAINAIN, A. M.; CONTINI, E. **Amazônia**: um mosaico em construção. Revista de Política Agrícola, v. 28, n. 4, p. 134-136, 2019.